



Apoio



Organizadores

Edson Cordeiro dos Santos
Andréa de Oliveira Salustriano de Souza
Flavio Médici da Silva



Organizadores

Edson Cordeiro dos Santos
Andréa de Oliveira Salustriano de Souza
Flavio Médici da Silva

Coordenação Editorial

Edson Cordeiro dos Santos

Projeto Gráfico e Diagramação

Flavio Médici da Silva

Colaboradora

Suzete Younes Ibrahim








Realização

SFB - Solidariedade França-Brasil

Patrocínio

Instituto C&A

Sumário

-  09 Apresentação
-  11 Introdução
-  13 Metodologia
-  25 Entendendo o Orçamento Municipal e o Controle Social
-  31 Orçamento de Nova Iguaçu de 2014
-  35 Opine de Nova Iguaçu de 2014
-  43 Considerações Finais

Apresentação

“A nova fonte de poder não é o dinheiro nas mãos de poucos, mas informação nas mãos de muitos.”

(John Naisbitt, 1982)

A primeira infância período crucial na formação do indivíduo, que vai do nascimento até completar-se seis anos de idade teve um Plano Nacional, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância – RNPI¹ e aprovado, em 2010, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em 2013, fruto de iniciativa da Solidariedade França-Brasil (SFB)², com apoio do Instituto C&A, e articulado com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o Fórum Popular Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA, o Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense – Nucrep, a Associação dos Conselheiros Tutelares de Nova Iguaçu – ACTNI, dentre outras organizações governamentais e não governamentais de Nova Iguaçu, o Projeto “Construindo em Rede” promoveu a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância em Nova Iguaçu.

Esta elaboração contou com a participação ativa de cerca de 170 pessoas de diversas instituições sociais e órgãos governamentais, utilizando diversas instâncias de discussão, tais como: encontros, grupos de trabalho, seminários etc.

Aprovado no CMDCA em novembro de 2013, o Plano Municipal contém um diagnóstico

com informações sobre as políticas públicas na cidade e sobre a legislação, além de propostas de ações em 13 temas relacionados à educação, à assistência social, à cultura, à convivência familiar, ao urbanismo e meio ambiente, à violência, dentre outros.

Em 2014, o Projeto Construindo em Rede voltou seu foco para o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação do PMPI. Outro enfoque para o ano é exercer o controle social sobre o Orçamento Municipal, devendo, desta forma, realizar o acompanhamento do Orçamento Público de Nova Iguaçu.

O Orçamento Primeira Infância em Evidência – Opine, poderá contribuir para aprimorar a compreensão que temos do Orçamento Público, pois faz uma análise crítica dos programas de trabalho, buscando identificar a previsão de despesas e investimentos voltados para a Primeira Infância.

Portanto, a elaboração do Opine foi estruturada no sentido de selecionar e agrupar as despesas previstas no Orçamento Municipal de Nova Iguaçu, construindo um quadro de investimentos por órgãos e programas de trabalho, levando em conta o recorte etário da primeira infância.



Introdução

“A garantia de prioridade [à criança e ao adolescente] compreende [a] destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.

(Estatuto da Criança e Adolescente, Lei no. 8.069/1990, Art. 4º, Parágrafo Único, letra “d”).

O Opine – Orçamento Primeira Infância em Evidência, é uma metodologia que se constitui como uma das atividades do Projeto Construindo em Rede: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu.

Baseado nas informações do Quadro de Detalhamento de Despesas da Lei Orçamentária Anual de Nova Iguaçu para o ano de 2014, o Opine organizou as despesas previstas nas diversas áreas para o atendimento à primeira infância.

Para realizar o Opine, nos baseamos na cartilha **“12 passos para apuração do Orçamento criança: manual para apuração do orçamento criança em prefeituras”** (Fundação Abrinq, 2007), que trata da apuração do Orçamento para a faixa etária de 0 a 18 anos³. Para isso, foi necessária uma adaptação, uma vez que o recorte etário é diferente e que também utilizamos análises distintas daquelas propostas pela Cartilha. Vale ressaltar que o estudo, apuração e análise foram realizados pelos próprios membros da Equipe do Projeto Construindo em Rede.

O Opine destina-se, em especial, às pessoas que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que, de acordo com a

Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal⁴,

[...] constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Ainda de acordo com a fonte acima, o SGD compreende os seguintes eixos:

- Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.
- Eixo da Promoção dos Direitos: a política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e

programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e; 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

- Eixo do Controle e Efetivação do Direito: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e 3) os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

Um dos objetivos deste documento é transformar os “números orçamentários” em uma peça de fácil compreensão, deixando de ser um documento frio e inacessível ao cidadão comum e contribuir, conseqüentemente, para transformá-lo em um instrumento de planejamento governamental e de controle social.

O trabalho só foi possível graças ao acesso que o Projeto teve ao Orçamento Municipal, seja no documento disponibilizado pela Câmara Municipal, que se mostrou incompleto para o ensejo da ação; seja

no Quadro de Execução Orçamentária, fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento, que permitiu o aprofundamento da análise orçamentária.

O presente documento será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a sua validação e posterior acompanhamento das despesas planejadas, constituindo-se em uma síntese das ações e despesas destinadas à primeira infância, visando facilitar o planejamento, a avaliação e a priorização de recursos para as crianças pequenas.

Por fim, sempre é importante lembrar que esta é a primeira experiência de que se tem notícia no Brasil de análise de um orçamento público municipal a partir da ótica da primeira infância e que, portanto, necessita ser replicada e aperfeiçoada.

A apostila está estruturada da seguinte forma: na primeira parte, explicamos a metodologia de apuração utilizada, seguida de um capítulo sobre orçamento municipal e controle social. Os capítulos seguintes são destinados ao orçamento específico de Nova Iguaçu para 2014, ao Opine de Nova Iguaçu e às considerações finais.

Metodologia

“O Orçamento Público, hoje em dia, é um dos instrumentos mais importantes e corriqueiros de gestão dos negócios de uma coletividade politicamente organizada.”

(Marcelo L. de Souza, 2000)

Este documento está organizado em quatro etapas que foram seguidas a fim de obter, como resultado final, os valores das despesas e investimentos previstos para a Primeira Infância. As etapas são:

- 1 – Compreensão do Opine;
- 2 – Levantamento de Dados;
- 3 – Seleção dos Programas e Trabalhos e Elementos de Despesas;
- 4 – Despesas do Opine e Consolidação e Validação do Opine.

1 – Compreensão do Opine

Objetivo: Criar as condições institucionais para a apuração do Opine, compreendendo seus fundamentos e importância para a gestão de políticas.

O Opine é a apuração do conjunto de ações e despesas destinadas à primeira infância, selecionadas, agrupadas e consolidadas a partir das informações do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014.

Considerando a apuração dos Programas de Trabalho⁵ e dos seus respectivos elementos

de despesas, os dados foram tratados em dois grupos:

- Orçamento Primeira Infância em Evidência Exclusivo (Opine-EX): ações implementadas exclusivamente para a atenção direta à primeira infância, tais como, promoção de Educação Infantil e de saúde materno-infantil;
- Orçamento Primeira Infância em Evidência Não Exclusivo (Opine-NEX): ações de saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, cultura e esporte que beneficiam diretamente a família e sociedade como um todo e não apenas a criança.

Para calcular o Opine-NEX consideramos o percentual de crianças da primeira infância em relação à população em geral que, em Nova Iguaçu, corresponde a 9,7%⁶. Em outros casos específicos utilizamos outros percentuais levando-se em consideração, também, o objetivo do programa de trabalho.

2 – Levantamento de Dados

Objetivo: Levantar a base de dados necessária à apuração do Opine e disponibilizá-la de forma facilitada para a seleção e consolidação das despesas.

Nesta etapa, buscamos obter o QDD da LOA na íntegra. Nossa primeira tentativa foi solicitá-lo à Câmara Municipal; contudo, no decorrer da análise, percebemos que o documento fornecido pela Câmara não estava completo e carecia de detalhamentos necessários para a apuração do Opine. Solicitamos o mesmo documento à Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla, que nos forneceu o Quadro de Execução Orçamentária que possibilitou a realização da apuração a partir da previsão inicial do QDD⁷.

O Quadro fornecido pela Sempla contém todos os Programas de Trabalho, divididos por Unidades Orçamentárias e por órgãos. Em cada Programa de Trabalho, por sua vez, constam todos os elementos de despesas, separados por fonte.

Com base neste documento, foi possível definir quais os programas de trabalho traziam despesas e investimentos voltados para a primeira infância e, assim, foi destacado os Valores Base para Cálculo do Opine.

3 – Seleção das Ações e Despesas do Opine

Objetivo: Identificar as ações e despesas que deverão compor o Opine, definindo o Orçamento Exclusivo e o Orçamento Não Exclusivo.

Na preparação da coluna de “Valores Base para o Cálculo do Opine” foram aplicadas as percentagens de acordo com os objetivos de cada programa de trabalho: **0%** - não se aplica ao Opine; **100%** - despesas do Opine-EX; e **9,7%** - despesas do Opine-NEX.

Em alguns casos específicos, no Opine-NEX, optamos por percentagens mais condizentes com o objetivo da rubrica, da seguinte forma:

- **8,8%** - Programas de Trabalho que se referem às matrículas de alunos da Rede Municipal, onde levamos em conta a percentagem de matrículas em creche e pré-escola em 2010 relacionada à matrícula total da

rede municipal⁸. Consideramos, neste caso, os seguintes Programas de Trabalho: Capacitação Profissional da Educação; Alimentação Escolar; Construção, Reforma, Ampliação e Modernização das Unidades de Ensino Fundamental; Construção, Reforma, Ampliação e Modernização – Escola Modelo; Manutenção das Unidades Escolares de Ensino Fundamental; Manutenção das Unidades Escolares – Escola Modelo; Fornecimento de Passe Escolar; Transporte Escolar do Ensino Básico; Manutenção e Remuneração do Magistério; Atividades e Manutenção da Casa do Professor.

- **31,1%** - Programas de Trabalho que envolvem crianças e adolescentes. Nesse caso consideramos a percentagem da população de 0 a 6 anos e a população total de crianças e adolescentes⁹. Temos para este caso os seguintes Programas de Trabalho: Ações de Prevenção de Violência contra Crianças e Adolescentes; Apoio às Ações de Prevenção à Violência; Ações de Proteção às Crianças e aos Adolescentes do FMCA; e Proteção a Crianças e Adolescentes.

- **47,9%** - Programa de Trabalho que envolve crianças de 0 a 6 anos e idosos (acima de 60 anos), considerando o quantitativo de habitantes nessas duas faixas etárias¹⁰. Aqui identificamos o Programa de Trabalho Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo/Crianças de 0 a 6 anos e/ou Idosos.

- **48,1%** - Programa de Trabalho que envolve crianças (0 a 12 anos). Nesse caso calculamos a percentagem de crianças de 0 a 6 anos do total de crianças (0 a 12 anos)¹¹. Temos então o Programa de Trabalho Serviços de Acolhimento/Abrigos – ACI.

Com os dados acima, foi possível estabelecer as percentagens do Opine-EX e Opine-NEX, bem como do total do Opine em relação ao Orçamento Municipal.

A apuração do Opine considerou todo tipo de despesa prevista pela prefeitura para implementar ações destinadas à primeira infância e/ou para famílias. Nesse sentido, foram consideradas algumas despesas com

atividades-meio relacionadas diretamente à finalidade do Opine.

Foram descartadas Secretarias, Programas

de Trabalho ou Elementos de Despesas que não se destinam especificamente à primeira infância, conforme o Quadro abaixo:

Quadro 1
Distribuição das Despesas que não se aplicam ao Opine de Nova Iguaçu.

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)	
Câmara Municipal	Todos	Todos	16.381.338,00	
	Subtotal		16.381.338,00	
SM de Governo	Todos	Todos	24.985.107,00	
	Total		24.985.107,00	
SM de Obras e Serviços Públicos	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	5.347.503,00	
	Drenagem e Pavimentação	Despesas de Exercícios Anteriores	25.100.000,00	
	Programa de Infraestrutura do PAC	Despesas de Exercícios Anteriores	1.980.275,00	
	Manutenção dos Serviços e Equipamentos Públicos	Despesas de Exercícios Anteriores	78.385,00	
	Pró-Cidades	Despesas de Exercícios Anteriores	209.000,00	
	Pró-Moradias	Juros sobre a Dívida por Contrato		300.000,00
		Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato		1.000.000,00
		Despesas de Exercícios Anteriores		1.000.000,00
		Principal da Dívida Contratual Resgatado		1.045.000,00
	Manutenção, Conservação e Expansão do Sistema de Iluminação Pública	Despesas de Exercícios Anteriores	500.000,00	
	Gestão do Sistema de Iluminação	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00	
Subtotal		36.610.163,00		

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
SM de Administração	Todos	Todos	61.118.360,00
	Subtotal		61.118.360,00
SM de Economia e Finanças	Todos	Todos	12.701.981,00
	Subtotal		12.701.981,00
SM de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	9.062.954,00
	Fiscalização do Trânsito	Todos	1.385.800,00
	Manutenção, implantação e revitalização da Sinalização Semafórica	Todos	1.692.900,00
	Atividades de Operação de Trânsito	Todos	2.256.319,00
	Subtotal		14.397.973,00
SM de Educação	Contribuição Patronal dos Servidores da Educação para INSS	Todos	150.000,00
	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	13.850.000,00
	Construção, Reforma, Ampliação e Modernização das Unidades de Ensino Fundamental	Despesas de Exercícios Anteriores	270.000,00
	Construção, Reforma, Ampliação e Modernização - Escola Modelo	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000.000,00
	Manutenção das Unidades Escolares de Ensino Fundamental	Despesas de Exercícios Anteriores	600.000,00
	Fornecimento de Passe Escolar	Despesas de Exercícios Anteriores	600.000,00
	Transporte Escolar do Ensino Básico	Despesas de Exercícios Anteriores	190.000,00
	Manutenção e Remuneração do Magistério - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	Despesas de Exercícios Anteriores	10.400,00
		Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	15.600,00
Escola Viva de Educação Integral	Todos	1.000.000,00	

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
SM de Educação (continuação)	Curso Pré-Universitário de Nova Iguaçu	Todos	87.800,00
	Auxílio Transporte para Universitários Egressos pelo Sistema de Cotas	Todos	421.092,00
	Auxílio aos Estagiários da Cidade Universitária	Todos	280.000,00
	Construção, Reforma, Ampliação e Modernização da Educação Infantil	Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00
	Manutenção das Creches	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
	Manutenção das Unidades Escolares - Pré-Escola	Despesas de Exercícios Anteriores	1.650.000,00
	Educação de Jovens e Adultos	Todos	225.000,00
	Pro-Jovem Urbano	Todos	2.404.174,00
	Brasil Alfabetizado	Todos	211.200,00
	Atividades e Manutenção da Educação Inclusiva	Todos	300.000,00
	Contribuição Patronal para o Previsão	Todos	20.550.000,00
			Subtotal
Procuradoria Geral do Município	Todos	Todos	6.250.144,00
			Subtotal
SM de Cultura	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	1.515.239,00
	Manutenção do Centro Cultural de Nova Iguaçu, Teatros, Anfiteatros, Museus e Outros	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Manutenção dos Centros de Artes e dos Esportes - Ceus	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Implantação e Manutenção de Equipamentos Culturais Descentralizados	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Projetos Culturais Voltados ao Horário Integral	Todos	410.000,00
	Criação e Difusão das Atividades Culturais e Artísticas de Nova Iguaçu	Todos	935.000,00

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
SM de Cultura (continuação)	Apoio e Incentivo das Atividades Culturais e Artísticas de Nova Iguaçu	Todos	548.000,00
	Difusão Cultural	Todos	135.000,00
	Conservação/Restauração e Fiscalização dos Patrimônios Históricos e Culturais de Nova Iguaçu	Todos	1.573.961,00
	Subtotal		5.132.200,00
SM de Planejamento e Despesa	Todos	Todos	74.600.000,00
	Subtotal		74.600.000,00
SM de Esporte e Lazer	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	2.303.420,00
	Ações do Programa Segundo Tempo	Todos	1.512.972,00
	Nova Iguaçu Potência Esportiva	Todos	888.250,00
	Desenvolvimento do Esporte Amador, Recreativo e de Lazer	Sentenças Judiciais	100.000,00
	Subtotal		4.804.642,00
SM de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo	Todos	Todos	3.505.000,00
	Subtotal		3.505.000,00
SM de Assistência Social	Todos	Todos	7.736.137,00
	Subtotal		7.736.137,00
SM do Controle Geral	Todos	Todos	1.554.169,00
	Subtotal		1.554.169,00
SM de Defesa Civil e Ordem Pública	Todos	Todos	5.137.858,00
	Subtotal		5.137.858,00
SM de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	9.280.053,00
	Cartografia Básica	Todos	100.000,00
	Regularização da Base Imobiliária	Todos	100.000,00
	Atos Normativos e/ou Administrativos	Todos	100.000,00
	Cadastro Físico	Todos	70.000,00

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
SM de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (continuação)	Regularização Administrativa	Todos	70.000,00
	Atualização das Legislações Urbanas	Todos	36.000,00
	Desenvolvimento de Projetos de Arquitetura e Urbanismo	Todos	1.068.400,00
	Informática para Melhor Atender	Todos	150.000,00
	Apoio às Cooperativas de Coletores de Materiais Recicláveis	Todos	30.000,00
	Agenda Ambiental na Administração Pública	Todos	50.000,00
	Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense	Todos	560.000,00
	Fortalecimento do Licenciamento e Fiscalização Ambiental	Todos	832.464,00
	Estruturação das Áreas de Proteção Ambiental Municipais	Todos	60.000,00
	Estudos e Monitoramento Ambiental	Todos	149.000,00
	Fundo Municipal do meio Ambiente	Todos	600.000,00
	Consolidação da Guarda Municipal Ambiental	Todos	120.000,00
	Montagem e Funcionamento do Observatório Municipal	Todos	400.000,00
	Georeferenciamento Multidisciplinar por URGs e Bairros de Nova Iguaçu	Todos	233.000,00
	Manutenção de Geoinformação e Modernização Tecnológica	Todos	320.000,00
	Cadastros Técnicos Multifinalitários	Todos	470.000,00
	Atualização e Manutenção Cadastral	Todos	770.000,00
	Subtotal		15.568.917,00
SM de Assuntos Estratégicos	Todos	Todos	5.476.788,00
		Subtotal	5.476.788,00
SM de Trabalho e Renda	Todos	Todos	2.500.000,00
		Subtotal	2.500.000,00

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
Gabinete do Prefeito	Todos	Todos	1.475.500,00
	Subtotal		1.475.500,00
Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	450.000,00
	Ações de Prevenção de Violência contra a Pessoa Idosa	Todos	45.000,00
	Ações de Integração da Pessoa com Deficiência	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Coletivos	Despesas de Exercícios Anteriores	24.400,00
	Erradicação do Trabalho Infantil	Todos	144.350,00
	Gestão Descentralizada do PBF	Todos	2.903.000,00
	Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (Suas)	Todos	276.201,00
	Ações de Prevenção e Combate ao Uso do Crack	Todos	45.000,00
	Ações de Prevenção de Violência contra a Mulher	Todos	45.000,00
	Ações de Orientação/Apoio ao Indivíduo e Família	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Ações das Políticas de Igualdade Racial	Todos	45.000,00
	Ações das Políticas da Diversidade Sexual	Todos	45.000,00
	Ações do Núcleo de Apoio ao Cidadão – NAC	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Programa de Medidas Socioeducativas	Todos	45.000,00
	Sistema de Capacitação Permanente	Todos	70.000,00
	Mobilização Social das Praças Ceus	Todos	38.900,00
	Sistema Telecentro	Todos	78.000,00
	Sistema de Geração de Trabalho e Renda	Todos	50.000,00
	Trabalho Técnico e Social	Todos	100.000,00

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
Fundo Municipal de Assistência Social (continuação)	Concessão de Passagens Rodoviárias	Todos	100.000,00
	Concessão de Benefícios Eventuais	Todos	50.000,00
	Paif - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
	SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - Crianças 0 a 6 anos e/ou idosos	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC)/Escola	Todos	64.840,00
	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e Serviços Ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)/Centro Pop	Todos	1.211.000,00
	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)/Serviços Pessoas com Deficiência, Idosos e Famílias	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00
	Serviço de Acolhimento/Abrigos - AC-I	Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00
	Serviço de Acolhimento/Abrigos - AC-II	Todos	510.000,00
	Banco de Alimentos	Despesas de Exercícios Anteriores	15.000,00
	Cozinha Escola	Todos	441.130,00
	Hortas Comunitárias	Todos	50.000,00
	Leite Social	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00
	Encargos Gerais do Município	Todos	126.480,00
	Subtotal		

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
Fundo Municipal de Saúde	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	86.130.000,00
	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	Todos	375.000,00
	Saúde da Mulher	Todos	220.000,00
	Saúde Bucal	Todos	710.000,00
	Saúde do Idoso	Todos	104.000,00
	Saúde do Trabalhador	Todos	145.000,00
	Ampliação, Manutenção e Execução de Atenção Básica	Sentenças Judiciais	1.600.000,00
		Despesas de Exercícios Anteriores	1.040.000,00
		Indenizações e Restituições	1.450.000,00
	Manutenção, Adequação e Ampliação dos Serviços de Saúde	Indenizações e Restituições	50.000,00
	Repasse Financeiro à Rede Credenciada do Sistema Único de Saúde (SUS)	Despesas de Exercícios Anteriores	12.000.000,00
	Manutenção do Programa Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)	Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00
	Assistência de Alta e Média Complexidade	Despesas de Exercícios Anteriores	1.200.000,00
	Saúde Mental	Despesas de Exercícios Anteriores	52.000,00
	Aquisição e Distribuição de Medicamentos da Farmácia Básica e demais	Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00
		Indenizações e Restituições	50.000,00
	Vigilância Sanitária	Todos	322.400,00
	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde	Todos	3.888.680,00
	Vigilância no Âmbito das Doenças Sexualmente Transmissíveis	Todos	596.000,00
	Contribuição Patronal para o INSS	Todos	15.000.000,00
Contribuição Patronal para o Previ	Todos	15.002.000,00	

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)	
Fundo Municipal de Saúde (continuação)	Reforma, Construção e Ampliação do Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI)	Indenizações e Restituições	400.000,00	
		Despesas de Exercícios Anteriores	1.800.000,00	
	Manutenção e Funcionamento do Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI)	Despesas de Exercícios Anteriores	6.000.000,00	
		Indenizações e Restituições	600.000,00	
	Subtotal			149.135.080,00
Fundo de Trânsito e Transporte de Nova Iguaçu	Todos	Todos	1.092.025,00	
	Subtotal		1.092.025,00	
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu – Previni	Todos	Todos	128.590.660,00	
	Subtotal		128.590.660,00	
Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	1.440.100,00	
	Contribuição Patronal para o INSS	Todos	752.118,00	
	Contribuição Patronal para o Previni	Todos	54.340,00	
	Apoio às Ações de Inclusão Social dos Idosos	Todos	382.000,00	
	Atividades Educacionais e Especiais do programa Bairro-Escola	Todos	128.326,00	
	Educação de Jovens e Adultos	Todos	265.430,00	
	Inclusão de Alunos Especiais	Todos	156.000,00	
	Subtotal			3.178.314,00
	Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	22.162.094,00
Contribuição Patronal para o INSS		Todos	2.550.000,00	
Manutenção dos Bens Móveis Públicos		Todos	1.829.794,00	
Serviços de Massa Asfáltica		Despesas de Exercícios Anteriores	1.045.000,00	

Secretaria/Órgão	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor (R\$)
Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (continuação)	Encargos Patronais	Todos	200.000,00
	Subtotal		27.786.888,00
Empresa Municipal de Limpeza Urbana	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais das Unidades Operacionais	Todos	5.836.000,00
	Contribuição Patronal para o Previsão	Todos	30.000,00
	Contribuição Patronal para o INSS	Todos	290.000,00
	Encargos Patronais	Todos	100.000,00
	Limpeza Pública	Despesas de Exercícios Anteriores	500.000,00
	Gestão de Resíduos Sólidos	Despesas de Exercícios Anteriores	150.000,00
	Subtotal		6.906.000,00
Reserva de Contingência	Todos	Todos	3.726.326,00
	Subtotal		3.726.326,00
Total Geral			675.625.137,00

No Quadro acima é possível perceber que não se aplicam ao Opine diversas rubricas orçamentárias, como Secretarias/Órgãos (Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Administração, entre outras), Programas de Trabalho (Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais, Contribuição Patronal para o INSS, Contribuição Patronal para o Previsão, entre outras) e elementos de despesas específicos, tais como Despesas de Exercícios Anteriores, Juros sobre a Dívida por Contrato, entre outros.

4 – Consolidação e Validação do Opine

Objetivo: Consolidar os resultados nos relatórios padronizados, validar seu conteúdo e resultados apurados.

Este foi o momento de sintetizar a apuração do Opine, permitindo apresentar o resultado de forma mais simples e didática.

Com os dados apurados foi possível estabelecer vários níveis de informações sobre o Orçamento Municipal, desde o Orçamento Geral até o Orçamento da Primeira Infância, passando por diversos detalhes, tais como a proporcionalidade do Opine e as relações entre o Opine-EX e Opine-NEX.

O presente documento será apresentado e distribuído aos cidadãos de Nova Iguaçu em encontro específico¹², sendo posteriormente encaminhado ao CMDCA para sua validação em ata específica do órgão. Estará disponibilizado no site da Solidariedade França-Brasil (www.sf.org.br), e divulgado para repercussão nas mídias sociais.

Entendendo o Orçamento Municipal e o Controle Social

"Orçamento é uma conta que se faz para saber como devemos aplicar o dinheiro que já gastamos."

(Apparício Torelli – Barão de Itararé –, humorista brasileiro, 1895-1971)

Nesta parte, resgatamos os fragmentos da apresentação realizada na Roda de Conversa sobre Orçamento Municipal, uma das ações desenvolvidas pelo Projeto Construindo em Rede¹³. Os textos a seguir foram compilados de Martins¹⁴, Santos¹⁵ e Freitas e Ostrovski¹⁶.

A falta de políticas públicas é mais sentida na esfera local, mais visível no estrito espaço de circulação do cidadão, que tem como referência imediata os locais de moradia e de trabalho, isto é, o espaço da cidade.

A redução dos investimentos sociais e a própria deterioração do quadro social, tem levado a um aumento gradativo das cobranças feitas pela população às prefeituras, uma vez que estas são a esfera do poder público mais próximo do cidadão.

Mesmo com o processo de descentralização dos recursos públicos, em especial após a promulgação da Constituição de 1988, a maioria dos municípios brasileiros continua desprovida dos recursos necessários ao enfrentamento do elevado nível de carências da população, seja para a realização de novos e necessários investimentos, seja para a manutenção dos serviços específicos que já presta à população local.

O Orçamento Municipal tem sido, cada vez mais, identificado pelos segmentos

organizados da sociedade civil como um dos mais importantes instrumentos de definição da política local, uma vez que ele sintetiza o perfil de atuação dos governos e as prioridades por ele adotadas.

A prática corrente das administrações municipais muitas vezes é de desprezar a esfera orçamentária no que diz respeito à sua utilização como instrumento tanto de planejamento como de democratização da gestão local.

Para melhor enfrentar as carências dos municípios, torna-se fundamental promover uma mudança na cultura político-administrativa no âmbito local, em que se destaque a esfera do orçamento como um dos mais importantes instrumentos a serem utilizados para a reversão desse quadro.

O orçamento público foi criado justamente para conter os desmandos dos governantes inescrupulosos, como forma de impedir que eles criem impostos e gastem os recursos extraídos dos contribuintes de acordo com seus desejos particulares e interesses políticos, sem prestar satisfações a ninguém.

Surgiu com o intuito de obrigar os governantes a pedir previamente autorização à população ou aos seus representantes eleitos toda vez que pretendessem utilizar o dinheiro público.

A Constituição de 1988 trata do assunto em questão no seu Título VI – arts. 145 a 169 – Da Tributação e do Orçamento, onde estão descritas as bases sobre as quais se constituirão o sistema tributário e a legislação acerca dos orçamentos para todas as esferas públicas, isto é, para as administrações diretas e indiretas, federais, estaduais e municipais.

A democratização da gestão municipal e a qualidade da participação da sociedade civil nos espaços colegiados, como Conselhos de gestão de políticas públicas, envolve necessariamente a questão orçamentária.

Afirmar o caráter deliberativo dos Conselhos implica garantir que a sociedade participe da elaboração, do acompanhamento e da aprovação das contas dos governos, principalmente das políticas públicas.

A maioria das leis de criação dos Conselhos faz referência à participação destes na aprovação das contas e na definição das diretrizes orçamentárias, pois as deliberações dos mesmos, para serem implementadas, dependem da garantia de recursos do orçamento.

O conselheiro desempenha importante papel nesse processo. De um lado, deve saber utilizar as prerrogativas garantidas nas leis de criação dos Conselhos, para exigir transparência e acesso à informação. De outro, como representante de um segmento da sociedade, deve participar de espaços coletivos de discussão, como os Fóruns.

Na definição das prioridades da sociedade civil, é preciso ter como referência espaços amplos e abertos a todas as organizações sociais, principalmente os constituídos para definir estratégias comuns para a atuação nos Conselhos Municipais, como os fóruns setoriais da sociedade civil e os fóruns de conselheiros, que reúnem todas as organizações da sociedade civil.

Além disso, os conselhos poderiam solicitar a prestação de contas, para a sociedade, da realização de gastos pelas secretarias municipais em audiências públicas realizadas por eles.

O controle social exercido pelos Conselhos Municipais pode ser focalizado em três diretrizes: deliberação, monitoramento e fiscalização.

- Deliberar – é decidir. Portanto, significa que, reconhecendo e identificando o que é realmente importante para a sociedade, é preciso tomar decisões sobre o que fazer quanto às ações efetivas em relação às políticas públicas.
- Monitorar – é observar se os governos estão realmente agindo de acordo com as deliberações dos Conselhos e se essas ações servem para os interesses dos cidadãos.
- Fiscalizar – é controlar e acompanhar se as decisões foram executadas. Os Conselhos não têm poder de polícia, mas sim de discussão de irregularidades, tornando-as públicas e denunciando aos órgãos de fiscalização competentes.

A CF/88 exige a elaboração e apresentação pelo Poder Executivo do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA).

Plano Plurianual (PPA):

- O PPA deve conter as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, sobretudo do investimento público. Não apresenta as dotações, mas as metas e as despesas decorrentes dos investimentos e dos programas de duração continuada.
- O PPA precisa ser elaborado pelo governo e encaminhado à Câmara Municipal, para ser discutido e votado, em geral até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato do prefeito eleito.

- Depois de ser aprovado, torna-se válido para os 4 anos seguintes e vigora a partir do segundo ano de mandato do governante até o final do primeiro ano subsequente.
- O PPA pode ser parcialmente alterado a cada ano, sobretudo no que diz respeito à atualização dos valores.
- Integram a LOA: o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções; os quadros das dotações orçamentárias por órgão de governo; discriminativos da receita por fontes e a sua legislação; os demonstrativos da receita, da despesa e do programa anual de trabalho do governo com obras e prestações de serviços.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

- A LDO, com base no Plano Plurianual, define as metas e prioridades para o exercício subsequente, orienta a elaboração orçamentária com a fixação de seus parâmetros principais, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e autoriza a criação de cargos e carreiras, a contratação de pessoal e a concessão de vantagens ao funcionalismo.
- Um dos objetivos é estimular o Legislativo a participar mais das decisões relativas ao planejamento da atuação governamental do município, uma vez que agora os vereadores também podem definir as prioridades para o orçamento, antes de sua elaboração pela prefeitura.
- A LDO, com duração de 1 ano, deve ser encaminhada, pelo Executivo ao Legislativo, 4 meses antes do envio do orçamento – normalmente até o final de abril – para que haja tempo suficiente para debate da matéria. Normalmente é votado até o final de junho.
- As despesas orçamentárias são classificadas em despesas de custeio ou despesas correntes (pagamento de pessoal, pagamento de terceiros, concessão de benefícios diretos à população, material de consumo e de expediente) e em despesas de capital ou despesas de investimentos (obras e instalações, equipamentos e materiais permanentes).
- As despesas de custeio estão relacionadas à manutenção da máquina administrativa e às de investimentos, à ampliação do patrimônio público.

Vejamos abaixo exemplos do ciclo orçamentário por anos:

Lei Orçamentária Anual (LOA)

- A LOA conterá a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo.
- 2013 (primeiro ano de mandato), cumprir o PPA, LDO e LOA feitos no mandato do Prefeito anterior.
- 2013 (1º trim.) – o Executivo elabora o PPA para os próximos 4 anos (votado até 31 de agosto).
- 2013 (1º trim.) – o Executivo elabora a LDO para 2014;
- 2013 (2º trim.) – o Executivo envia a LDO de 2014 para deliberação e emendas na Câmara, que a aprova para 2014;
- 2013 (3º trim.) – a partir da LDO de 2014 e do PPA (2014-2017), o Executivo elabora a LOA 2014 e a envia à Câmara de Vereadores para deliberação e emendas;

- 2013 (4º. trim.) – a LOA para 2014 é discutida, emendada e aprovada pela Câmara.
- 2014 – ao longo do ano, o Executivo efetiva o orçamento de 2014, que é acompanhado e avaliado pelo Legislativo;
- 2014 – o Executivo prepara a prestação de contas de 2013 e a envia para o Tribunal de Contas do Estado (TCE);
 - o TCE julga a prestação de contas e dá o parecer;
 - a prestação de contas de 2013 é enviada à Câmara Municipal para julgamentos;
 - a Prefeitura, ou a Câmara, contrata auditores para dar o parecer sobre a prestação de contas;
 - com base no parecer do TCE e dos auditores, a prestação de contas de 2013 é apreciada e julgada pelos vereadores.
- 2014 – O Poder Executivo elabora e a Câmara Municipal discute e aprova a LDO e a LOA para 2015.
- 2015 – Repete-se o Ciclo Orçamentário: efetivar o orçamento aprovado no ano anterior, fazer a prestação de contas do ano anterior e elaborar, discutir e aprovar a LDO e a LOA para 2016.

Principais Fontes de Receita Orçamentária

1. Impostos:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
- b) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI-IV)
- c) Imposto Sobre Serviços (ISS)

2. Taxas:

- a) Taxas decorrentes do Poder de Polícia (referentes a licença para localização, execução de obras, parcelamento do solo, licença para propaganda, inspeção sanitária etc.)
- b) Taxa decorrentes de Prestação de Serviços (referentes a coleta domiciliar de lixo, abastecimento de água, rede de esgoto etc.)

3. Contribuição de Melhoria

4. Receitas de Transferência:

4.1 Da União:

- a) Fundo de Participação dos Municípios (Imposto de Renda /Imposto sobre Produtos Industrializados)
- b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)
- c) Royalties
- d) Imposto Territorial Rural (ITR) (50%)
- e) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) (sobre ouro, 70%)

4.2 Do Estado

- a) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (emplacamento, 50%)
- b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) (\pm 25%)
- c) Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) (25% da transferência da União)

Princípios que devem ser seguidos para a elaboração e o controle do Orçamento:

1. *Anualidade* – periodicidade da ocorrência;
2. *Unidade* – uma só lei para receitas e despesas em regime de caixa único;
3. *Universalidade* – abrangência de todos os elementos de receita e despesa;
4. *Legalidade* – amparo na lei;
5. *Exclusividade* – tratamento exclusivo de receitas e despesas pela lei orçamentária;
6. *Especificação* – obediência ao nível legal de detalhamento;
7. *Publicidade* – publicação ao menos no diário oficial;
8. *Não-afetação* – determina que as receitas não sejam previamente vinculadas a determinadas despesas (desvinculação dos impostos);
9. *Equilíbrio* – impedimento da fixação de despesas com valores superiores aos recursos disponíveis.

Como montar um quadro de informações necessárias ao exercício do controle social:**1º Passo:**

- Logo que a LOA for aprovada os Conselhos devem solicitá-la na íntegra.
- Identificar na LOA as despesas previstas para o ano. O orçamento possui algumas classificações que servem para orientar a sua leitura.
- Classificação das despesas: a) por categoria econômica – classifica-as em despesas correntes ou de capital; b) por funções – prevê quanto a prefeitura pretende gastar por cada área temática (função) de

governo (educação, saúde, meio ambiente etc.); c) por órgãos – prevê quanto será destinado a cada secretaria de governo (obras, planejamento, educação, saúde, assistência social etc.); d) por projetos, programas e atividades – classifica-as em despesas de custeio e despesas de investimento por áreas temáticas.

2º Passo:

- Fazer quadro dos investimentos por área temática. Nem todos os orçamentos discriminam os investimentos dos programas e atividades pelas secretarias. Por isso, em muitos casos, é preciso relacionar a atividade com a secretaria correspondente.

3º Passo:

- Identificar prioridades da sociedade civil. Os conselheiros da sociedade civil vinculados a diferentes áreas temáticas devem, juntamente com suas organizações sociais, convocar todas as demais instituições para definir as prioridades para cada área temática. As prioridades também podem ser decididas por fóruns temáticos.

4º Passo:

- Fazer quadro de investimento e custeio vinculado às prioridades da sociedade civil. É preciso identificar os programas com previsão de recursos no orçamento que se relacionem com as prioridades da sociedade civil.

5º Passo:

- Solicitar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as

metas e os objetivos a serem alcançados. A LDO deveria esclarecer o que se quer atingir com as despesas de investimentos e de custeio, explicitadas anteriormente.

6º Passo:

- Elaborar um roteiro básico de informações necessárias ao exercício do controle social, onde o Conselho deverá solicitar às Secretarias que detalhem as despesas referentes aos principais investimentos de cada área e às prioridades definidas pela sociedade civil.

Esse roteiro deve procurar responder basicamente a quatro questões: O que será realizado? Quanto será gasto? Onde será realizado? O que se pretende com tal despesa?

Ex.: Investimento de 500 mil reais na construção de creches.

O que será realizado? A quantidade de creches que se pretende construir.

Quanto será gasto? O total que será gasto em cada creche.

Onde será realizado? A localização de cada creche.

Qual o retorno efetivo que o investimento gera para a comunidade? A quantidade de vagas que serão abertas em cada creche

A importância do exercício do controle social sobre a execução do orçamento:

- Garantir a execução integral dos programas considerados prioritários pelos conselheiros – A lei orçamentária impede que as prefeituras realizem gastos que não estejam previstos em programas e

projetos, mas não as obriga a executar integralmente as despesas previstas no orçamento. Além disso, a prefeitura tem liberdade para remanejar (realocar) parte dos gastos previstos de um item para o outro. O limite para o remanejamento é estabelecido na lei orgânica do município e na lei orçamentária anual.

- Garantir que os recursos empenhados correspondam às atividades programadas – Infelizmente, ainda é comum verificarmos em várias administrações municipais a execução do orçamento sem que, de fato, as atividades tenham ocorrido. Obras de saneamento e pavimentação com trechos inacabados, equipamentos que não chegam às escolas e às unidades de saúde e diversos benefícios que não alcançam os verdadeiros públicos de determinada política.
- Garantir que os recursos sejam suficientes para atender às demandas prioritárias da sociedade e atingir as metas traçadas – Sem a garantia de recursos, as políticas públicas e os direitos da população podem ficar só no papel. Para que isso não ocorra, é necessário garantir que, pelo menos as prioridades definidas pela sociedade civil, tenham recursos suficientes para atender às demandas e que essa exerça o controle social sobre a execução de tais prioridades.
- Interferir na localização de determinados equipamentos e serviços – Se o Conselho tiver a informação sobre a localização dos equipamentos e serviços a serem implantados, poderá interferir para que eles atendam às demandas prioritárias da população.

Orçamento de Nova Iguaçu de 2014

"O Orçamento 2014 foi elaborado buscando alcançar a sua finalidade de instrumento de planejamento e não como meros documentos que visam o atendimento a dispositivos legais. Neste sentido, nossos estudos foram baseados nas projeções e nas efetivas realizações, comparativamente, nos três últimos exercícios que antecederam a esta lei, de forma criteriosamente austera e próxima da realidade."

(Mensagem LOA, 2014)

O Quadro abaixo apresenta um resumo da Cidade de Nova Iguaçu para o ano de 2014:

Quadro 2
Distribuição das receitas previstas no Orçamento Municipal de Nova Iguaçu – 2014.

RECEITAS (ANEXO I LOA 2014)		
	R\$	%
RECEITAS CORRENTES¹⁷	1.180.062.976	84,14%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	154.135.000	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	27.267.018	
RECEITA PATRIMONIAL	5.845.000	
RECEITA DE SERVIÇOS	85.000	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	833.309.228	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	159.574.527	
DEDUÇÃO DA RECEITA	-59.277.016	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.122.938.757	8,68%
RECEITAS DE CAPITAL¹⁸	115.847.853	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.579.500	
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	111.258.353	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	95.770.445	7,18%
TOTAL GERAL	1.334.557.055	100,00%

É possível perceber que a maioria dos recursos está nas receitas correntes¹⁹, totalizando 84,14% do Orçamento. É importante salientar que as transferências correntes representam a maior parte das receitas orçamentárias, significando 74,21% das receitas correntes líquidas e 62,44 do Orçamento Geral.

Dentre as principais receitas do município destacam-se as seguintes:

Impostos

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – R\$ 40.000.000,00;
- b) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI-IV) – R\$ 10.000.000,00;
- c) Imposto Sobre Serviços (ISS) – R\$ 73.000.000,00.

Taxas

- a) Taxas decorrentes do Poder de Polícia (referentes a licença para localização, execução de obras, parcelamento do solo, licença para propaganda, inspeção sanitária etc.) – R\$ 5.915.000,00;
- b) Taxa decorrentes de Prestação de Serviços (referentes a coleta domiciliar de lixo, abastecimento de água, rede de esgoto etc.) – R\$ 11.220.000,00;
- c) Contribuição de Melhoria – R\$ 4.146.803,00.

Transferência da União

- a) Fundo de Participação dos Municípios

(Imposto de Renda /Imposto sobre Produtos Industrializados) – R\$ 45.000.000,00;

- b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – R\$ 17.000.000,00;
- c) *Royalties* – R\$ 15.000.000,00;
- d) Imposto Territorial Rural (ITR) (50%) – R\$ 20.000,00;
- e) Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais – R\$ 16.070.000,00;
- f) Recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – R\$ 70.780.020,00.

Transferências Multigovernamentais

- a) Fundeb – R\$ 216.850.000,00.

Transferências do Estado

- a) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (emplacamento, 50%) – R\$ 20.000.000,00;
- b) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) (± 25%) – R\$ 100.000.000,00;
- c) Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) (25% da transferência da União) – R\$ 3.000.000,00.

Abaixo podemos observar a distribuição das despesas previstas por Secretarias/Órgãos:

Quadro 3
Distribuição das despesas previstas no Orçamento Municipal de Nova Iguaçu – 2014, por Secretarias/Órgãos.

SECRETARIAS	VALORES	%
TOTAL	1.334.557.055,00	100,000%
01.000 - CAMARA MUNICIPAL	16.381.338,00	1,227%
02.000 - S. M. DE GOVERNO	24.985.107,00	1,872%
03.000 - S. M. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	104.016.936,00	7,794%
04.000 - S. M. DE ADMINISTRAÇÃO	61.118.360,00	4,580%
05.000 - S. M. ECONOMIA E FINANÇAS	12.701.981,00	0,952%
06.000 - S. M. DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA	14.559.465,00	1,091%
07.000 - S. M. DE EDUCAÇÃO	354.330.916,00	26,550%

SECRETARIAS	VALORES	%
09.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	6.250.144,00	0,468%
10.000 - S. M. DE AÇÃO CULTURAL	6.787.200,00	0,509%
11.000 - S.M. DE PLANEJAMENTO E DESPESA	74.600.000,00	5,590%
12.000 - S. M. DE ESPORTE E LAZER	6.504.975,00	0,487%
13.000 - S. M. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E TURISMO	3.505.000,00	0,263%
14.000 - S. M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.736.137,00	0,580%
15.000 - S. M. DE CONTROLE GERAL	1.554.169,00	0,116%
16.000 - S.M. DE DEFESA CIVIL E ORDEM PÚBLICA	5.137.858,00	0,385%
17.000 - S.M. DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE	26.779.789,00	2,007%
18.000 - S.M. DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	5.476.788,00	0,410%
19.000 - S.M. DE TRABALHO E RENDA	2.500.000,00	0,187%
20.000 - GABINETE DO PREFEITO	1.475.500,00	0,111%
30.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.162.082,00	0,911%
31.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	345.622.080,00	25,898%
32.000 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40.000,00	0,003%
33.000 - FUNDO DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE NOVA IGUAÇU	1.092.025,00	0,082%
40.000 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICIPAIS DE N. IGUAÇU	128.590.660,00	9,635%
50.000 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU	5.129.498,00	0,384%
61.000 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA IGUAÇU	36.444.388,00	2,731%
62.000 - EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	65.348.333,00	4,897%
99.000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.726.326,00	0,279%

Pelo Quadro acima é possível observar que cerca da metade das despesas orçamentárias

estão previstas para as Secretarias de Educação (26,5%) e Saúde (25,8%).

Opine de Nova Iguaçu de 2014

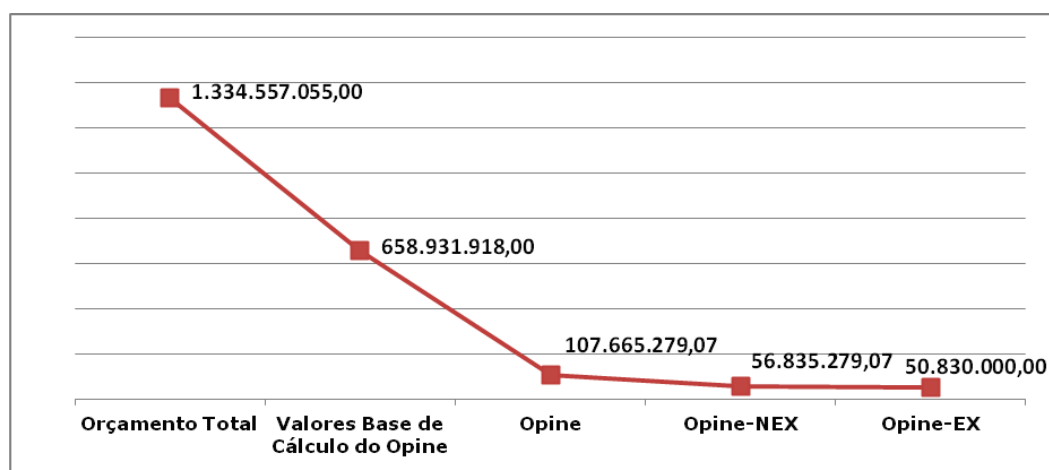
“A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente colocam a criança e o adolescente como prioridade absoluta das políticas públicas. Entretanto, o que significa ser prioridade? Significa estar em primeiro lugar quando se desenha um programa de saneamento, de habitação, de educação, de saúde. Significa ter mecanismos eficientes para a proteção contra abusos, violências e explorações. Mas, acima de tudo, significa ter recursos garantidos nos orçamentos federal, estadual e municipal para que seus direitos saiam, efetivamente, do papel.”

(De olho no Orçamento Criança, Fundação Abrinq/Inesc/Unicef, 2005)

O Gráfico abaixo representa a distribuição das despesas previstas no Quadro de Detalhamento de Despesas da Lei

Orçamentária Anual de Nova Iguaçu para 2014.

Gráfico 1
Distribuição do Orçamento Municipal de Nova Iguaçu – 2014, relacionado ao Opine.



Podemos depreender do Gráfico acima que apenas 49,37% do Orçamento Anual teve alguma relação com os gastos da Primeira Infância (R\$ 658.931.918,00). Quando apuramos os valores do Opine, chegamos a 8,07% (R\$ 107.665.279,07), sendo 3,81%

de Opine-EX (R\$ 50.830.000,00) e 4,26% de Opine-NEX (R\$ 56.835.279,07).

O Quadro, nas páginas seguintes, traz o detalhamento da apuração do Opine de Nova Iguaçu:

Quadro 4 – Distribuição do Orçamento Municipal de Nova Iguaçu – 2014, relacionado ao Opine.

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
Total		658.931.918,00	50.830.000,00	3,81%	56.835.279,07	4,26%	107.665.279,07	8,07%
03.000 - S. M. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS								
03.2.15.451.5022.1011	SS de Obras Públicas - Urbanismo - Infra-estrutura urbana - Sist. Intel. de transp. - Drenagem e Pavimentação	12.500.000,00			1.212.500,00	0,09%	1.212.500,00	0,09%
03.2.15.451.5022.1013	SS de Obras Públicas - Construção de quadras, praças e áreas esportivas	1.600.000,00			155.200,00	0,01%	155.200,00	0,01%
03.2.15.451.4022.2172	SS de Obras Públicas - Indicações parlamentares de obras de saneamento, pavim., escolas, praças e ilum. Pub.	1.450.000,00			140.650,00	0,01%	140.650,00	0,01%
03.2.15.451.5025.1018	SS de Obras Públicas - Desenv. Urbano - Programa de Infra-estrutura do PAC	38.568.225,00			3.741.117,83	0,28%	3.741.117,83	0,28%
03.2.15.452.5021.2040	SS de Obras Públicas - Manutenção dos serviços e equipamentos públicos	2.242.995,00			217.570,52	0,02%	217.570,52	0,02%
03.3.15.451.5024.1017	SS de Projetos Urbanos - Pró-Cidades	2.128.750,00			206.488,75	0,02%	206.488,75	0,02%
03.3.15.451.5024.1019	SS de Projetos Urbanos - Pró-moradia	4.020.000,00			389.940,00	0,03%	389.940,00	0,03%
03.4.25.752.5027.2045	SS de Conservação e Serviços Públicos - Manut., conserv., e exp. do sist. de iluminação pública	4.796.803,00			465.289,89	0,03%	465.289,89	0,03%
03.4.25.752.5027.2046	SS de Conservação e Serviços Públicos - Gestão do Sistema de Iluminação	100.000,00			9.700,00	0,00%	9.700,00	0,00%
		67.406.773,00			6.538.456,98	0,49%	6.538.456,98	0,49%
06.000 - S. M. DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA								
06.2.26.453.5023.2116	SS de Transportes - Funcionamento das Unidades Rodoviárias e Ampliação em âmbito Municipal	98.792,00			9.582,82	0,00%	9.582,82	0,00%
06.3.26.453.5022.1062	SS de Trânsito e Mobilidade Urbana - Manut. dos serviços públicos e dos equipamentos públicos	62.700,00			6.081,90	0,00%	6.081,90	0,00%
		161.492,00			15.664,72	0,00%	15.664,72	0,00%

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
07.000 - S. M. DE EDUCAÇÃO								
07.1.12.128.5075.2119	Gab. Secretário - Capacitação Profissional da Educação	3.000.000,00			264.000,00	0,02%	264.000,00	0,02%
07.1.12.306.5012.2016	Gab. Secretário - Horário Integral - Alimentação Escolar - FNDE/PNAE/PENAC/PCNI	24.000.000,00			2.112.000,00	0,16%	2.112.000,00	0,16%
07.1.12.361.5011.1005	Gab. Secretário - Construção, reforma, ampliação e modernização das unid. de ensino fundamental	12.425.000,00			1.093.400,00	0,08%	1.093.400,00	0,08%
07.1.12.361.5011.1061	Gab. Secretário - Construção, reforma, ampliação e modernização - Escola Modelo	1.000.000,00			88.000,00	0,01%	88.000,00	0,01%
07.1.12.361.5011.2014	Gab. Secretário - Manut. das unidades escolares de ensino fundamental	55.337.550,00			4.869.704,40	0,36%	4.869.704,40	0,36%
07.1.12.361.5011.2114	Gab. Secretário - Manut. das unidades escolares - Escola Modelo	602.996,00			53.063,65	0,00%	53.063,65	0,00%
07.1.12.361.5012.2017	Gab. Secretário - Fornecimento de passe escolar	2.400.000,00			211.200,00	0,02%	211.200,00	0,02%
07.1.12.361.5012.2018	Gab. Secretário - Transporte Escolar do ensino Básico	6.426.104,00			565.497,15	0,04%	565.497,15	0,04%
07.1.12.361.5012.2019	Gab. secretário - Manutenção e remuneração do Magistério - Fundeb	149.974.000,00			13.197.712,00	0,99%	13.197.712,00	0,99%
07.1.12.361.5075.2118	Gab. Secretário - Atividades e manutenção da Casa do Professor	1.000.000,00			88.000,00	0,01%	88.000,00	0,01%
07.1.12.365.5011.1077	Gab. Secretário - Educação Infantil - construção, reforma, ampliação e modernização - ensino infantil	21.700.000,00	21.700.000,00	1,63%			21.700.000,00	1,63%
07.1.12.365.5011.2015	Gab. Secretário - Manutenção das Creches	4.950.000,00	4.950.000,00	0,37%			4.950.000,00	0,37%
07.1.12.365.5011.2115	Gab. Secretário - manutenção das unidades escolares - pré-escola	23.350.000,00	23.350.000,00	1,75%			23.350.000,00	1,75%
		306.165.650,00	50.000.000,00	3,75%	22.542.577,20	1,69%	72.542.577,20	5,44%
10.000 - S. M. DE AÇÃO CULTURAL								
10.1.13.392.5014.2025	Gab. Secretário - manut. do Centro Cultural de Nova Iguaçu	335.000,00			32.495,00	0,00%	32.495,00	0,00%
10.1.13.392.5014.2026	Gab. Secretário - Manut. dos Centros Artes e dos Esportes Unificados - CEUS	345.000,00			33.465,00	0,00%	33.465,00	0,00%

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
10.000 - S. M. DE AÇÃO CULTURAL (continuação)								
10.2.13.392.5015.1006	Departamento de Cultura - Implantação e Manutenção de equipamentos culturais Descentralizados	975.000,00			94.575,00	0,01%	94.575,00	0,01%
		1.655.000,00			160.535,00	0,01%	160.535,00	0,01%
12.000 - S. M. DE ESPORTE E LAZER								
12.1.27.812.5017.2030	Gab. Secretário - Desenvolvimento do Esporte amador, recreativo e de lazer	1.700.333,00			164.932,30	0,01%	164.932,30	0,01%
		1.700.333,00			164.932,30	0,01%	164.932,30	0,01%
17.000 - S. M. DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE								
17.2.08.244.5039.1025	SS de Urban. habit. e meio amb. - apoio a reparação de imóveis	104.500,00			10.136,50	0,00%	10.136,50	0,00%
17.2.15.451.5089.2152	SS de Urban. habit. e meio amb. - Projeto de Regularização Fundiária	110.000,00			10.670,00	0,00%	10.670,00	0,00%
17.2.15.451.5089.2153	SS de Urban. habit. e meio amb. - Regularização das posses (titulação e registro)	200.000,00			19.400,00	0,00%	19.400,00	0,00%
17.2.15.452.5082.2132	SS de Urban. habit. e meio amb. - Prover Legalizações	60.000,00			5.820,00	0,00%	5.820,00	0,00%
17.2.16.482.5026.1020	SS de Urban. habit. e meio amb. - Melhorias Habitacionais	2.870.572,00			278.445,48	0,02%	278.445,48	0,02%
17.3.04.541.5085.2136	SS de Meio Ambiente - Implantação e Manejo de áreas Verdes Urbanas	6.500.800,00			630.577,60	0,05%	630.577,60	0,05%
17.3.12.361.5085.2142	SS de Meio Ambiente - Educação Ambiental	50.000,00			4.850,00	0,00%	4.850,00	0,00%
17.3.18.541.5085.2137	SS de Meio Ambiente - Arborização Urbana	1.070.000,00			103.790,00	0,01%	103.790,00	0,01%
17.3.18.541.5085.2143	SS de Meio Ambiente - Consolidação do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu	190.000,00			18.430,00	0,00%	18.430,00	0,00%
17.3.18.543.5085.2144	SS de Meio Ambiente - Recuperação de áreas degradadas e proteção de recursos hídricos	55.000,00			5.335,00	0,00%	5.335,00	0,00%
		11.210.872,00			1.087.454,58	0,08%	1.087.454,58	0,08%

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
30.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
30.1.08.242.5071.1053	FMAS - Ações de integração da pessoa com deficiência	40.000,00			3.880,00	0,00%	3.880,00	0,00%
30.1.08.242.5076.1069	FMAS - Serviços da PSB e PSE no Domicílio	90.000,00			8.730,00	0,00%	8.730,00	0,00%
30.1.08.242.5076.2120	FMAS - Acessibilidade e Mobilidade Urbana	100.000,00			9.700,00	0,00%	9.700,00	0,00%
30.1.08.243.5071.1048	FMAS - Ações de prevenção de violência contra a criança e ao adolescente	45.000,00			13.995,00	0,00%	13.995,00	0,00%
30.1.08.243.5073.2113	FMAS - PSB - Coletivos	1.640.000,00			159.080,00	0,01%	159.080,00	0,01%
30.1.08.244.5071.1049	FMAS - Ações de orientação / apoio ao indivíduo e família	40.000,00			3.880,00	0,00%	3.880,00	0,00%
30.1.08.244.5071.1054	FMAS - Ações do núcleo de apoio ao cidadão - NAC	68.000,00			6.596,00	0,00%	6.596,00	0,00%
30.1.08.244.5073.1060	FMAS - Paif - Serviço de proteção e atendimento integral à família	1.696.900,00			164.599,30	0,01%	164.599,30	0,01%
30.1.08.244.5073.1063	FMAS - SCFV / crianças 0 a 6 anos e/ou idosos	76.696,00			36.737,38	0,00%	36.737,38	0,00%
30.1.08.244.5074.1066	FMAS - Paefi / serv. pessoas com deficiência, idosos e famílias	84.453,00			8.191,94	0,00%	8.191,94	0,00%
30.1.08.244.5074.1067	FMAS - Serviços de acolhimento / abrigos - ACI	98.000,00			47.138,00	0,00%	47.138,00	0,00%
30.1.08.244.5077.1070	FMAS - Banco de Alimentos	244.732,00			23.739,00	0,00%	23.739,00	0,00%
30.1.08.244.5077.2122	FMAS - Leite Social	830.000,00	830.000,00	0,06%			830.000,00	
		5.053.781,00	830.000,00	5,07%	486.266,63	0,04%	1.316.266,63	0,10%
31.000 - FUNDO MUNICIPAL DESAÚDE								
31.1.10.301.5066.2098	FMS - Programa saúde da família	4.112.000,00			398.864,00	0,03%	398.864,00	0,03%
31.1.10.301.5066.2099	FMS - ampliação, manut. e execução das ações de atenção básica	54.305.000,00			5.267.585,00	0,39%	5.267.585,00	0,39%
31.1.10.301.5067.1039	FMS - manut., adequação e ampliação dos serviços de saúde	4.254.000,00			412.638,00	0,03%	412.638,00	0,03%
31.1.10.302.5067.1038	FMS - Reformas, construção e ampliação de US	3.428.000,00			332.516,00	0,02%	332.516,00	0,02%
31.1.10.302.5068.2101	FMS - Repasse financeiro a rede credenciada do SUS - Gestão Plena	20.000.000,00			1.940.000,00	0,15%	1.940.000,00	0,15%

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
31.000 - FUNDO MUNICIPAL DESAÚDE (continuação)								
31.1.10.302.5068.2102	FMS - Manutenção do Programa Samu	2.800.000,00			271.600,00	0,02%	271.600,00	0,02%
31.1.10.302.5068.2103	FMS - Assistência de alta e média complexidade - Gestão Plena	21.000.000,00			2.037.000,00	0,15%	2.037.000,00	0,15%
31.1.10.303.5064.2090	FMS - Saúde mental	1.256.000,00			121.832,00	0,01%	121.832,00	0,01%
31.1.10.303.5066.2100	FMS - Aquisição e distribuição de medicamentos da farmácia básica e demais	5.832.000,00			565.704,00	0,04%	565.704,00	0,04%
31.2.10.302.5069.1040	HGNI - Reforma, construção e ampliação do HGNI	7.100.000,00			688.700,00	0,05%	688.700,00	0,05%
31.2.10.302.5069.2104	HGNI - Manutenção e funcionamento do HGNI	72.400.000,00			7.022.800,00	0,53%	7.022.800,00	0,53%
		196.487.000,00			19.059.239,00	1,43%	19.059.239,00	1,43%
32.000 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE								
32.1.06.244.5066.2167	FMCA - Apoio às ações de prevenção à violência	10.000,00			3.110,00	0,00%	3.110,00	0,00%
32.1.08.243.5056.2077	FMCA - Ações de proteção às crianças e aos adolescentes do FMCA	30.000,00			9.330,00	0,00%	9.330,00	0,00%
		40.000,00			12.440,00	0,00%	12.440,00	0,00%
50.000 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU								
50.1.08.242.5058.2081	Diretoria técnica - Inclusão dos portadores de necessidades especiais	374.400,00			36.316,80	0,00%	36.316,80	0,00%
50.1.08.243.5059.2082	Diretoria Técnica - Proteção à criança e ao adolescente	326.000,00			101.386,00	0,01%	101.386,00	0,01%
50.2.10.301.5061.2087	Diretoria Técnica - Promoção da saúde e assistência básica no âmbito da Fenig	156.000,00			15.132,00	0,00%	15.132,00	0,00%
50.2.13.392.5007.2079	Diretoria Técnica - Apoio à realização de eventos culturais, festas populares e fóruns	990.784,00			96.106,05	0,01%	96.106,05	0,01%
50.2.27.812.5060.2086	Diretoria Técnica - Apoio às ações de desporto e lazer no âmbito da Fenig	104.000,00			10.088,00	0,00%	10.088,00	0,00%
		1.951.184,00			259.028,85	0,02%	259.028,85	0,02%

Código da Rubrica	Descrição	Valores Base de Cálculo do Opine	Opine-EX	% Opine-EX	Opine-NEX	% Opine-NEX	Opine	% Opine
61.000 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA IGUAÇU								
61.1.15.451.5022.2043	Gab. do Presidente - Serviços de massa asfáltica	8.657.500,00			839.777,50	0,06%	839.777,50	0,06%
		8.657.500,00			839.777,50	0,06%	839.777,50	0,06%
62.000 - EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA								
62.2.15.452.5028.2047	Diretoria Técnica - Limpeza Pública	50.692.333,00			4.917.156,30	0,37%	4.917.156,30	0,37%
62.2.18.542.50282048	Diretoria Técnica - Gestão de Resíduos Sólidos	7.750.000,00			751.750,00	0,06%	751.750,00	0,06%
		58.442.333,00			5.668.906,30	0,42%	5.668.906,30	0,42%

Considerações Finais

“Por tratar-se de lei que contém a previsão de receitas e por ser o programa de trabalho do Poder Público para um determinado período, o orçamento constitui peça fundamental para viabilizar as ações públicas. Compreender como ele se estrutura e agir para direcioná-lo a favor de objetivos determinados, no caso, políticas em benefício das crianças, passa, portanto, a ter dimensão estratégica.”

(De olho no Orçamento Criança, Fundação Abrinq/Inesc/Unicef, 2005)

A Lei Orçamentária Anual de Nova Iguaçu estabelece uma previsão de arrecadação de pouco mais de 1,3 bilhão de reais para o ano de 2014. Desse total, cerca de 52,4% está destinado aos programas e ações da Secretaria de Educação e do Fundo Municipal de Saúde.

Entretanto, como podemos constatar no quadro de distribuição do orçamento relacionado ao Opine, os recursos previstos para programas e ações voltados à primeira infância são de apenas R\$ 107.665.279,07, ou seja, 8,07% do total orçamentário.

Se considerarmos apenas os programas relacionados exclusivamente ao público da primeira infância, verificamos um valor muito diminuto em apenas quatro programas de trabalho; três deles na Secretaria de Educação: Construção, Reforma, Ampliação e Modernização – Ensino Infantil (R\$ 21.700.000,00), Manutenção das Creches (R\$ 4.950.000,00) e Manutenção das Unidades Escolares – Pré-Escola (R\$ 23.350.000,00). O quarto programa é do Fundo Municipal de Assistência Social: Leite Social (R\$ 830.000,00). Dessa forma, o que denominamos de Opine exclusivo soma apenas R\$ 50.830.000,00, correspondendo a 3,81% do orçamento total.

A maior parte dos recursos previstos para a primeira infância (67,38%) encontra-se em atividades da educação. Para esta Secretaria estão previstos R\$ 72.542.577,20, sendo 50 milhões de reais destinados exclusivamente à Educação Infantil.

Por outro lado, ações e atividades de esporte e lazer, e também de cultura, para as crianças pequenas são residuais. São apenas quatro programas de trabalho, que correspondem a 0,3% do total o Opine.

Tais valores, nessas duas secretarias, exemplificam e reforçam um olhar ainda conservador do Poder Público em relação à primeira infância. Ao mesmo tempo em que se privilegiam ações do campo educacional, não se oferece atenção merecida às ações voltadas à interação com a cidade, com as atividades de lazer, com o brincar e com a participação cultural.

Vale ressaltar que as considerações aqui levantadas carecem de maior reflexão com os demais agentes sociais do município, bem como, a confrontação com outras experiências de orçamento primeira infância, seja de outros municípios ou do próprio município, formando uma série histórica. Assim teremos possibilidade de enriquecer as reflexões, apurar a análise e, de fato, chegar a conclusões e produzir afirmações mais consistentes.

Dessa forma, esse trabalho seguirá inacabado. Servirá, por hora, ao acompanhamento e monitoramento dos agentes sociais integrantes do Sistema de Garantia de Direito, por meio, especialmente, dos relatórios de gestão fiscal, publicados a cada quadrimestre, nos Atos Oficiais de Nova Iguaçu.

Sendo a Lei Orçamentária um instrumento de planejamento governamental e a Execução Orçamentária uma imagem da realização das ações governamentais, esse documento é apenas o primeiro momento do estudo sobre o desempenho do Poder Público a partir dos números dos gastos orçamentários.

É nossa intenção, no próximo ano, fazer a análise da execução orçamentária, a partir dos dados dos recursos liquidados, com a finalidade de comparar o orçamento previsto com o orçamento realizado e, além disso,

analisar e avaliar as prioridades de investimentos do governo municipal.

Para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância é fundamental conhecer como e onde o Poder Executivo utiliza os recursos destinados a políticas públicas voltadas a criança pequena. Parte das ações finalísticas que integram o PMPI dependem da iniciativa do Poder Executivo e, por consequência, de recursos públicos.

Sabemos que esta iniciativa é uma grande novidade na gestão pública, a qual ainda não se utiliza de mecanismos para avaliar o desempenho na implementação de políticas públicas.

Por outro lado, a Equipe de Trabalho do Projeto Construindo em Rede percebe o Opine como um potencial instrumento de apoio ao planejamento governamental e de monitoramento e controle social.

1 A RNPI é um grupo articulado de organizações da sociedade civil, representantes do governo, institutos e fundações empresariais ou privadas, outras redes e organizações multilaterais, fundada em maio de 2006. Atualmente, mais de 135 organizações compõem a RNPI, buscando concretizar ações em vários âmbitos (mais de 20 organizações do RJ).

2 A SFB é uma Organização Não Governamental fundada em 1986 por franceses e brasileiros, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos e sem vinculação religiosa ou partidária. Atua na defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, incidindo sobre políticas públicas e investindo nas áreas de educação, saúde, mobilização social, organização popular, objetivando a disseminação de metodologias participativas, a equidade social e a prática da cidadania.

3 Cf. <http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/12pasos_apuracaodooca.pdf>, [São Paulo: Fundação Abrinq, 2007], acesso em 05/06/2014.

4 Cf. <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/sgd> ("Sistema de Garantia de Direitos"), acessado em 12/01/2012.

5 "Termo usado para designar o conjunto de projetos atividades a cargo de um Órgão ou Unidade Orçamentária, em determinado exercício, podendo também se referir à programação de todo o setor público." Cf. Orçamento Federal: compromisso com o cidadão. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal, disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/programa-de-trabalho>>, acesso em 22/06/2014.

6 De acordo com as informações do Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Nova Iguaçu possui 796.257 habitantes, com uma população na faixa etária da primeira infância (0 a 6 anos) de 77.142 pessoas, representando 9,7%.

7 Nesse documento não será analisada a execução orçamentária dos meses do ano de 2014, isto será objeto de uma análise mais pormenorizada ao final do atual exercício e será elaborada em 2015.

8 Cf. Portal do Inep, matrículas 2010, Rede Municipal de Nova Iguaçu: creche (958); pré-escola (4.621); Anos iniciais do Ensino Fundamental (39.541); Anos Finais do Ensino Fundamental (11.692); Educação de Jovens e Adultos (6.259), totalizando 63.071 matrículas. É importante notar que incluímos as matrículas de pessoas com deficiência em todas as etapas, níveis e modalidades: creche (12); pré-escola (15); anos iniciais do Ensino Fundamental (687); anos Finais do Ensino Fundamental (48); Educação de Jovens e Adultos (55). Para mais detalhes ver: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>, acesso em 17/06/2014.

9 De acordo com o IBGE 2010 (Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática: www.sidra.ibge.gov.br), a população de 0 a 6 anos de Nova Iguaçu corresponde a 77.361 habitantes e a de 0 a 18 anos a 248.762 habitantes.

10 De acordo com o IBGE 2010 (Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática: www.sidra.ibge.gov.br), a população de 0 a 6 anos de Nova Iguaçu corresponde a 77.361 habitantes e a de mais de 60 a 84.126 habitantes, totalizando 161.487 nas duas faixas.

11 De acordo com o IBGE 2010 (Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática: www.sidra.ibge.gov.br), a população de 0 a 6 anos de Nova Iguaçu corresponde a 77.361 habitantes e a de 0 a 12 anos a 160.710 habitantes.

12 O Encontro de Apresentação do Opine está previsto para ocorrer no dia 27/06/2014, na Subsele do CRP – Nova Iguaçu.

13A Roda de Conversa aconteceu na sede do Núcleo de Creches e Pré-escolas Comunitárias da Baixada Fluminense – Nucrep, no dia 11 de abril de 2014.

14 MARTINS, Luis Gustavo. Introdução ao Orçamento Municipal. S/Loc., S/Ed.: S/Data. Mimeo. Curso de Políticas Públicas e Gestão Local/Fase.

15 SANTOS, Mauro Rego dos. Como exercer o controle social sobre o orçamento. S/Loc., S/Ed.: S/Data. Mimeo. Fase.

16 FREITAS, Fabiano de; OSTROVSKY, Lilianna. O controle social e a



comunidade. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social: S/Data.

17 "São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes". Cf. Decreto-Lei no. 1.939, de 20 de maio de 1982, que "altera a classificação da receita e dá outras providências". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1939.htm>, acesso em 22/06/2014.

18 "São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender

despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente. Cf. Decreto-Lei no. 1.939, de 20 de maio de 1982, que "altera a classificação da receita e dá outras providências". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1939.htm>, acesso em 22/06/2014.

19 "São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes." Cf. Receita Orçamentária: conceitos, codificação e classificação. São Paulo: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo/Coordenação da Administração Financeira/Contadoria Geral do Estado: Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Receitas.pdf>, acesso em 22/06/2014.